



MINISTÉRIO DA CULTURA
Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
MinC/SEFLI/DLLLB

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70068-900

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA
(Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020)

PROPOSTA DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável:

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura, Ministério da Cultura**

Nome da autoridade competente: **FABIANO DOS SANTOS**

Número do CPF: *****.429.043-****

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura/Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (SEFLI/DLLLB)**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria nº 1.305, de 26 de janeiro de 2023 – publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2023, e Portaria MinC nº 185, de 26 de fevereiro de 2025 – publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2025.

b) UF SIAFI

Número e nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG 420048 - SEFLI/MinC**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG 420048 - SEFLI/MinC**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável:

Nome do órgão ou entidade descentralizado(a): **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**

Nome da autoridade competente: **MÁRIO SANTOS MOREIRA**

Número do CPF: *****.386.357-****

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Presidência - Coordenação de Cooperação Social**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria nº 2277, de 12 de abril de 2023**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **254420 - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: **254472 - Projetos Sociais**

3. OBJETO

3.1. Realizar, por meio da parceria entre o Ministério da Cultura e a Fiocruz, o desenvolvimento dos Círculos Metropolitanos — programa da Periferia Brasileira de Letras (PBL) que, no biênio 2025-2026, utilizará dispositivos de participação social para aperfeiçoar metodologias de diálogo entre sociedade civil e representantes do poder público. A partir da 2ª edição da pesquisa PBL "Coletivos Literários nas Periferias Brasileiras: um retrato", realizada entre 2024 e 2025 em dez unidades da federação (AP, PA, CE, PE, BA, DF, MG, RJ, SP e RS), o projeto incorporará seus resultados aos debates estaduais, com o objetivo de transformar os dados coletados em subsídios para fortalecer as capacidades locais de proposição de políticas públicas voltadas a populações em situação de vulnerabilidade. A ampliação dos Círculos Metropolitanos — programa da Periferia Brasileira de Letras (PBL) — para o formato de Encontros Estaduais da PBL representa a materialização, junto ao poder público, de uma tecnologia social de promoção da saúde para participação cidadã.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1. **Objetivo geral:** Ampliar as potencialidades da interlocução entre sociedade civil e poder público, por meio dos Círculos Metropolitanos da Periferia Brasileira de Letras, com a finalidade de contribuir com cenários de territorialização de políticas públicas saudáveis, contando com o protagonismo de coletivos literários de periferias.

4.2. **Objetivo Específico:** Desenvolver os Círculos Metropolitanos, um programa da Periferia Brasileira de Letras (PBL) para o formato de encontros estaduais, de modo que sirvam como dispositivos de participação social e de promoção da saúde. Produzindo, assim, relatórios de mapeamentos institucionais de preparação para encontros estaduais; cartas-de-ação provenientes dos encaminhamentos dos encontros estaduais; e, das agendas que entrarem em curso, produzir relatório que sistematiza a experiências de articulação política.

4.3. **Meta 1:** Promover o desenvolvimento dos Círculos Metropolitanos, um programa da Periferia Brasileira de Letras (PBL) que, no biênio 2025-2026, realizará os encontros estaduais como dispositivos de participação social e promoção da saúde, utilizando metodologias de escuta e a 2ª edição da pesquisa PBL — "Coletivos Literários nas Periferias Brasileiras: um retrato" para reunir poder público e coletivos literários de territórios periféricos.

4.4. **Etapas 1:** Preparar coletivos literários periféricos e agentes culturais para um diálogo qualificado com representantes do poder

público durante os Encontros Estaduais da PBL, com base nos dados da 2ª edição da pesquisa "Coletivos Literários nas Periferias Brasileiras: um retrato"

4.5. Atividades: Realização de um estudo prévio sobre as instituições públicas convidadas (Ministério da Cultura, secretarias estaduais e municipais de cultura, educação, bibliotecas públicas, fundações de amparo à pesquisa, etc.), contendo: 1) missão e competências de cada órgão; 2) Políticas e programas em vigor (ex.: PNLL, Lei Aldir Blanc, editais de fomento); 3) Lacunas identificadas (falta de acesso a editais, ausência de bibliotecas comunitárias, descontinuidade de programas); e 4) oportunidades de incidência política (quais políticas podem ser ampliadas, reformuladas ou criadas a partir das demandas da pesquisa PBL).

4.6. Produto: - Relatório de Mapeamento Institucional (para uso nos Encontros Estaduais).

4.7. Objetivo: Fornecer aos coletivos literários periféricos e agentes culturais um documento estratégico que sistematize informações sobre as instituições públicas relevantes para a área cultural, identificando oportunidades de diálogo e incidência política durante os Encontros Estaduais da PBL (Plano do Livro e Leitura).

4.8. ESTRUTURA DO RELATÓRIO:

4.9. 1. Introdução: - Contextualização da pesquisa "Coletivos Literários nas Periferias Brasileiras: um retrato" (2ª edição); Objetivo do mapeamento: subsidiar o diálogo qualificado entre coletivos periféricos e poder público; Metodologia utilizada (fontes de pesquisa, critérios de seleção de órgãos, etc.);

4.10. 2. Instituições Mapeadas: Lista dos órgãos públicos analisados, organizados por esfera (federal, estadual, municipal): Ministério da Cultura (MinC) e suas vinculadas (Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Brasileiro de Museus, etc.); Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, Educação e outras áreas afins; Bibliotecas Públicas e Comunitárias (sistemas estaduais/municipais); Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e agências de fomento;

4.11. 3. Análise por Instituição: Para cada órgão, serão apresentados: 3.1. Missão e Competências: Descrição das atribuições legais do órgão; Estrutura organizacional (quais departamentos ou coordenações tratam de literatura, livro e leitura). - 3.2. Políticas e Programas em Vigor: Lista de políticas públicas, editais e programas ativos (ex.: Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, Lei Aldir Blanc, editais de fomento à cultura, programas de bibliotecas); Prazos, recursos disponíveis e critérios de acesso. - 3.3. Lacunas Identificadas: Problemas relatados pelos coletivos na pesquisa PBL (ex.: falta de acesso a editais, ausência de bibliotecas comunitárias, descontinuidade de programas); Análise de gargalos burocráticos ou falhas na execução das políticas. 3.4. Oportunidades de Incidência Política: Sugestões de como os coletivos podem influenciar políticas públicas: Ampliação (ex.: aumentar verba para editais literários); Reformulação (ex.: ajustar critérios de seleção para incluir coletivos periféricos); Criação (ex.: propor políticas específicas para literatura marginal/periférica).

4.12. 4. Síntese de Demandas Prioritárias: Tabela ou infográfico comparando as principais demandas dos coletivos (com base na pesquisa PBL) e as políticas existentes, destacando onde há convergência ou dissonância.

4.13. 5. Recomendações para os Encontros Estaduais - Orientações para os coletivos: - Como abordar cada órgão público; Quais argumentos usar (com base nos dados da pesquisa); Quais políticas priorizar nas negociações.

4.14. 6. Anexos: Links para editais, portarias e documentos oficiais; Contatos relevantes (gestores públicos, coordenadores de programas).

4.15. Formato e Entrega: Documento em PDF (acessível e de fácil navegação); Versão resumida (1 página por órgão) para distribuição nos encontros; Dados atualizáveis (com possibilidade de revisão antes dos eventos);

4.16. Impacto Esperado: Para os coletivos: Maior capacidade de negociação com o poder público, usando dados concretos; Para o poder público: Visibilidade sobre as demandas reais dos territórios periféricos; Para a PBL: Fortalecimento da articulação entre sociedade civil e Estado na construção de políticas literárias inclusivas

4.17. **Etapas:** Realização de encontros presenciais, reunindo coletivos literários periféricos e representantes do poder público (gestores de cultura, educação, bibliotecas, fundações de fomento e outras instituições relevantes), visando promover um diálogo qualificado entre sociedade civil e Estado, utilizando os dados regionais da 2ª edição da pesquisa PBL como base para identificar demandas prioritárias dos territórios periféricos e; discutir caminhos viáveis para a territorialização de políticas públicas do livro e leitura, estabelecendo compromissos concretos entre os participantes e o poder público.

4.18. Atividades:

4.19. 1- Apresentação dos dados estaduais da Pesquisa PBL - Painel inicial: Exposição dos principais achados da pesquisa "Coletivos Literários nas Periferias Brasileiras: um retrato", com foco em: dados quantitativos e qualitativos (ex.: acesso a livros, infraestrutura cultural, desafios dos coletivos). Mediação: Um facilitador (pesquisador ou integrante da PBL) conduz a relação entre os dados e as políticas públicas existentes.

4.20. 2- Roda de conversa: Cada instituição pública apresenta sua missão e programas em vigor no campo do livro e leitura, importante reconhecer as lacunas em sua atuação e oportunidades de articulação com a sociedade civil. Debate orientado por perguntas-chave: "Como os dados da pesquisa PBL dialogam (ou não) com as políticas atuais?"; "Quais ações concretas podem ser pactuadas para suprir as lacunas identificadas?"; "Que mecanismos de participação podem ser fortalecidos para garantir continuidade?". 3- Mesa de Diálogo com o Poder Público - Participantes: Gestores públicos (municipais e estaduais) + representantes de coletivos literários periféricos com objetivo de dar encaminhamento às propostas e debates do encontro estadual.

4.21. Produto: Cartas de Ação por Estado aonde ocorrer o Encontro Estadual da PBL. Objetivo: Documentar os compromissos pactuados entre coletivos literários periféricos e o poder público durante os Encontros Estaduais da PBL, garantindo transparência, responsabilização e um plano de ação concreto para a territorialização de políticas do livro e leitura.

4.22. **ESTRUTURA DA CARTA DE AÇÃO**

• **1. Cabeçalho:**

- Título: "Carta de Ação [Estado] - Encontro Estadual da PBL [Ano]"
- Local e data do encontro. Lista de participantes:
- Coletivos literários e agentes culturais presentes (com representatividade territorial).
- Instituições públicas participantes (ex.: Secretaria de Cultura, Educação, bibliotecas públicas, fundações de fomento).

• **2. Contexto:**

- Base de dados: Síntese dos achados da pesquisa PBL no estado (dados quantitativos e qualitativos), destacando:
- Principais desafios dos coletivos (ex.: falta de acesso a editais, infraestrutura precária).
- Potenciais mapeados (ex.: redes de colaboração, demandas por bibliotecas comunitárias).
- Objetivo do encontro: Diálogo para territorializar políticas públicas a partir das evidências da pesquisa.

• **3. Compromissos Pactuados:**

- Lista de acordos entre sociedade civil e poder público, organizados por eixo temático:
- 3.1. Acesso a Editais e Fomento
- Exemplo: "A Secretaria Estadual de Cultura se compromete a lançar, até [data], um edital específico para coletivos literários periféricos, com critérios simplificados e divulgação territorializada."
- 3.2. Infraestrutura Cultural
- Exemplo: "O município de [X] assumiu a criação de 2 bibliotecas comunitárias em zonas periféricas até 2026, em parceria com coletivos locais."
- 3.3. Formação e Articulação
- Exemplo: "A Fundação [Y] promoverá oficinas de capacitação em gestão cultural para 30 coletivos até o próximo semestre."

- 3.4. Monitoramento e Participação Social
- Exemplo: "Será criado um Grupo de Trabalho (GT) com representantes dos coletivos e do poder público para acompanhar a implementação das ações, com reuniões trimestrais."
- **4. Responsáveis e Prazos:**
- Tabela ou lista com:
- Ação específica (ex.: "Publicar edital para coletivos") Instituição responsável (ex.: Secretaria de Cultura do Estado).
- Prazo (ex.: "Novembro/2025").
- Indicador de cumprimento (ex.: "Edital publicado no Diário Oficial".
- **5. Mecanismos de Acompanhamento:**
- ● Ferramentas para garantir a execução dos compromissos:
- GT de monitoramento (composição e frequência de reuniões).
- Canais de denúncia (ex.: e-mail ou plataforma para reportar descumprimentos).
- Próximos passos (ex.: revisão da carta em 6 meses).
- **6. Assinaturas:**
- Espaço para assinaturas de:
 - Representantes dos coletivos literários.
 - Gestores públicos presentes.
 - Mediadores/facilitadores do encontro.
- **Formato e Divulgação:**
- Documento formal (modelo unificado para todos os estados).
- Versão digital (PDF acessível) e versão física (entregue simbolicamente aos gestores).
- Divulgação pública:
- Enviada para os participantes e publicada no site da PBL.
- Press release para veículos locais (com destaque para os compromissos).
- **Impacto Esperado:**
- Accountability: Pressão social para cumprimento dos acordos.
- Referência: Base para futuras negociações em outros territórios.
- Fortalecimento da rede: Coletivos ganham instrumento legal para cobrar políticas públicas.
- **Exemplo de Trecho da Carta (Fictício):** "O Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Cultura, compromete-se a destinar R\$ 200.000,00 em editais exclusivos para coletivos literários periféricos em 2026, com divulgação nas periferias de Fortaleza, Maracanaú e Sobral. A implementação será monitorada por um GT com 3 representantes da PBL e 2 gestores públicos, com primeira reunião em março/2026." Observação: Cada carta será adaptada ao contexto local, refletindo as demandas específicas do estado e as respostas do poder público.

4.23. **Etapas 3:** Realizar agenda de incidência em políticas públicas territorializadas a partir da Carta de ação produzida no encontro e da pactuação com os gestores presentes.

4.24. Atividades: Produção de documentos com demandas baseadas em dados (vínculo claro com a pesquisa PBL); propostas de políticas públicas (sugestões de programas, ajustes normativos, orçamento); compromissos assumidos pelo poder público (se houver); relatório de oportunidades de Incidência; gestores públicos sensibilizados e canais de diálogo abertos para acompanhamento pós-encontro.

4.25. Produto: Relatório sobre as atividades das agendas realizadas.

4.26. Objetivo: Documentar o processo de incidência política após os Encontros Estaduais da PBL, sistematizando as ações realizadas, os avanços obtidos e os desafios enfrentados na implementação dos compromissos pactuados nas Cartas de Ação.

4.27. O relatório servirá como: Prestação de contas para a sociedade civil e apoiadores; Ferramenta de monitoramento das políticas públicas acordadas e Base para novas estratégias de advocacy e articulação.

• ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE AGENDAS REALIZADAS:

• 1. Introdução

- Contexto: Breve recapitulação dos Encontros Estaduais e das Cartas de Ação.
- Objetivo da agenda de incidência: Traduzir os acordos em políticas concretas.
- Metodologia: Como foram conduzidas as atividades (reuniões, articulações, pressão social).

• 2. Síntese das Cartas de Ação por Estado

- Tabela comparativa com:
- Compromissos assumidos (ex.: editais, infraestrutura, formação).
- Instituições responsáveis.
- Prazos originais.

• 3. Atividades Realizadas

- Descrição detalhada das ações de incidência em cada estado, incluindo:
- 3.1. Engajamento com o Poder Público
- Reuniões com gestores (quem participou, datas, pautas).
- Propostas protocoladas (ex.: minutas de editais, projetos de lei).
- Respostas obtidas (ofícios, posicionamentos públicos).
- 3.2. Mobilização da Sociedade Civil
- Ações de pressão (campanhas, abaixo-assinados, articulação com a mídia).
- Participação em conselhos ou fóruns de cultura e educação.
- 3.3. Ajustes e Adaptações
- Mudanças nas estratégias devido a resistências ou novos contextos políticos.

• 4. Resultados Alcançados

- 4.1. Avanços Concretos
- Políticas implementadas (ex.: edital lançado, verba aprovada).
- Compromissos cumpridos (com provas: documentos, registros).
- 4.2. Desafios e Obstáculos
- Instituições que não cumpriram prazos ou recuaram.
- Justificativas apresentadas pelo poder público.
- 4.3. Oportunidades em Aberto
- Portas ainda abertas para negociação (ex.: processos em andamento).
- **5. Recomendações para Próximos Passos**
- Para os coletivos: Estratégias de cobrança continuada (ex.: ações judiciais, pressão via mídia).
- Para a PBL: Articulação nacional para pressionar governos estaduais/federal.
- Para parceiros: Como universidades, ONGs e outras redes podem apoiar.

• 6. Anexos

- Cópias das Cartas de Ação originais.
- Documentos oficiais (respostas de gestores, propostas protocoladas).
- Registros fotográficos ou atas de reuniões.
- **Formato e Divulgação:**

- Relatório em PDF (com design acessível e linguagem clara).
- Versão resumida (1 página por estado) para divulgação nas redes.
- Apresentação pública: Webinar ou live para debater os resultados.
- **Impacto Esperado:**
 - Transparência: Mostrar à sociedade o que foi (ou não) conquistado.
 - Fortalecimento da rede: Coletivos se apropriam do relatório para cobrar direitos.
 - Influência em políticas futuras: Dados do relatório viram insumo para novos projetos de lei ou programas.
- **Exemplo de Trecho (Fictício):** "No Ceará, após 3 reuniões com a Secretaria de Cultura, o edital para coletivos literários foi lançado em julho/2025, mas com verba 30% menor que o pactuado. Já em São Paulo, a criação do GT de monitoramento está parada há 4 meses por falta de repasse da prefeitura. Recomenda-se ação judicial coletiva para exigir cumprimento do acordo." Observação: O relatório será atualizado periodicamente até o fechamento do ciclo de incidência, podendo gerar novos produtos (ex.: campanhas específicas por estado).

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO TED:

5.1. A parceria entre o Ministério da Cultura e a Fiocruz tem como horizonte a ampliação dos Círculos Metropolitanos, dispositivos de participação social que ganham vida nas mãos dos coletivos literários da Periferia Brasileira de Letras (PBL). Esses espaços, pulsantes em territórios periféricos de todo o país, não apenas celebram a diversidade dos fazeres literários, mas também tecem plataformas colaborativas onde cultura e promoção da saúde se entrelaçam. A força dessas ações reside na capacidade de mobilizar populações socioambientalmente vulnerabilizadas, transformando bibliotecas, geladotecas, saraus e slams em verdadeiros dinamos culturais — conceito cunhado pela UNESCO para definir agentes que impulsionam a cultura como motor de transformação social.

5.2. A experiência acumulada na última edição do projeto revelou o papel singular desses coletivos: eles são faróis não apenas para seus próprios territórios, mas também para além deles, reconhecidos por outros movimentos literários e até pelo poder público como vozes legítimas e inovadoras. Suas pautas, nascidas das urgências locais, ecoam em discussões urbanas mais amplas, atraindo gestores públicos para eventos como os Círculos Metropolitanos. Um dos fatores que catalisa esse interesse é a pesquisa desenvolvida pela PBL, que oferece um retrato detalhado da atuação literária nas periferias, contrastando realidades estaduais com o panorama nacional. Esses dados, mais do que números, são ferramentas políticas — evidenciam lacunas, potencialidades e demandas que muitas vezes permanecem invisíveis nas agendas institucionais.

5.3. O Encontro Nacional da PBL em Salvador, em 2024, foi um marco nesse processo. Ao reunir representantes do governo, da sociedade civil e de coletivos literários em um mesmo espaço, o evento permitiu pactuar agendas antes consideradas distantes ou mesmo inéditas. Foi ali que a Cooperação Social da Fiocruz, responsável pela coordenação da PBL, vislumbrou um novo formato: os Encontros Estaduais da PBL, nos quais os Círculos Metropolitanos poderiam amalgamar ainda mais coletivos, apresentando tanto suas pesquisas, como produzindo pertinência para a presença de representantes do poder público. As primeiras experiências de Círculos Metropolitanos na roupagem de Encontros Estaduais foram realizadas em Macapá, em Salvador e em Belo Horizonte, e demonstraram como esse modelo pode avançar não apenas nas pautas literárias (acesso ao livro, viabilização da criação literária, compras públicas de livros das periferias), mas também em questões paraliterárias — ocupação de espaços públicos, lutas contra opressões sociais e formação cidadã —, sempre com foco em transformações estruturantes para as periferias.

5.4. Para a atual edição, o projeto busca aprimorar as metodologias de diálogo entre sociedade civil e Estado. Um dos pilares dessa nova fase é a introdução de um período de “formação pré-encontro”, no qual os coletivos literários participantes terão acesso a oficinas preparatórias. Essas atividades, desenhadas a partir da informação sobre as institucionalidades confirmadas para os Encontros Estaduais, terão um duplo objetivo: primeiro, esclarecer aos coletivos e artistas participantes sobre as atribuições de cada órgão público que estarão presentes no evento, desvendando políticas e programas em curso, assim como as responsabilidades específicas de cada esfera de governo; segundo, construir coletivamente propostas concretas e viáveis, capazes de articular agendas para políticas públicas participativas serem construídas. A ideia é que, ao chegar ao evento principal, os participantes dos coletivos literários de periferia estejam alinhados em linguagens e expectativas, prontos para transformar diagnósticos em articulações que viabilizem melhores (e otimizadas) respostas do poder público.

5.5. Essa abordagem não apenas fortalece a capacidade de incidência política dos coletivos literários de periferia, mas também redefine o próprio sentido do diálogo entre Estado e sociedade civil. Longe de ser um mero espaço de reivindicação, os Encontros Estaduais da PBL podem se tornar laboratórios de cocriação, onde a literatura e a organização comunitária sejam alavancas para um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável. E, nesse processo, os Círculos Metropolitanos confirmam sua vocação original: de serem, de fato, dinamos culturais — motores que agitam as periferias e que disputam possibilidades de territorialização de políticas públicas saudáveis, desta vez, trazendo o poder para perto da sua produção de evidências, apontando para caminhos de futuro onde caminhem juntos a cultura, a saúde e os direitos humanos.

5.6. Histórico da parceria Minc - Fiocruz

5.7. A Periferia Brasileira de Letras (PBL) é uma iniciativa da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, no qual uma rede de coletivos literários, atuantes em periferias de centros urbanos, produzem ações de incidência em políticas públicas. Atualmente presente em dez estados (Pernambuco, Ceará, Bahia, Amapá, Pará, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo), a PBL é composta por coletivos que têm as mais diversas formas de atuação literária: saraus poéticos, rodas de slam, bibliotecas comunitárias, editoras e selos independentes, grupos de teatro de rua, rodas de leitura, miríades de cartonera e museus de literatura.

5.8. A parceria da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura, por meio da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do Ministério da Cultura, com a Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, fora iniciada em 2023. Naquele momento, e novamente agora, a parceria se deu porque há o reconhecimento de que os Círculos Metropolitanos podem ser dinamos culturais nos territórios periféricos onde sejam aplicados, ampliando as possibilidades da transversalidade da cultura. Isso inclui a elaboração de políticas culturais inclusivas e participativas, amplificando as vozes de diferentes segmentos da sociedade e atendendo ao compromisso firmado no item 7 da Declaração da Conferência Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (Mondiacult 2022), que diz:

“7- Congratulando-se com a mudança progressiva para uma maior transversalidade da cultura nas políticas públicas, o que, entre outros aspectos, facilita a elaboração de políticas culturais inclusivas e participativas, envolvendo múltiplos agentes - governos, autoridades locais, organizações da sociedade civil, organizações intergovernamentais, setor privado e comunidades - entre eles, mulheres, jovens, crianças, povos indígenas, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis, amplificando assim as vozes de vários segmentos da sociedade e tirando pleno partido do seu potencial, das suas capacidades criativas e de todos os recursos à sua disposição para agir nos planos social, econômico e ambiental, no contexto mais vasto das políticas culturais, bem como nos compromissos estabelecidos na presente Declaração.” (Mondiacult 2022)

5.9. Em sua última edição, essa parceria entre Sefli (MINC) e Cooperação Social (Fiocruz) para desenvolvimento da Periferia Brasileira de Letras resultou em agenda programática de participação social visando a proposição de políticas públicas para a área do livro, literatura, escrita, leitura e bibliotecas por parte da população mais vulnerabilizada. Objetivamente, foi realizado, em abril de 2024, o Encontro Nacional da Periferia Brasileira de Letras em Salvador, a 2ª edição da pesquisa PBL — “Coletivos Literários nas Periferias Brasileiras: um retrato” e a atualização de Círculos Metropolitanos no formato de Encontros Estaduais da PBL, com o qual foram apresentados resultados da pesquisa e de onde foram possíveis novas articulações entre poder público e sociedade civil.

5.10. Seguimos sobre a orientação conceitual de que, no campo da saúde, a cultura é recurso fundamental porque facilita o diálogo e a solidariedade de diferentes grupos sociais; e a saúde, quando compreendida em seu sentido ampliado, sendo a soma de inúmeros determinantes sociais, aponta para condições objetivas para o bem viver. Tanto a Saúde como a Cultura buscam o desenvolvimento sustentável, centrado no ser humano, como fica nítido no trecho abaixo da Carta de Jacarta de 1997, resultado da quarta Conferência

Internacional sobre Promoção da Saúde e contribui para a compreensão sobre a amplitude da Saúde e sua pertinência na conexão com a Cultura.

Os pré-requisitos para a saúde são: paz, abrigo, instrução, segurança social, relações sociais, alimento, renda, direito de voz das mulheres, um ecossistema estável, uso sustentável dos recursos, justiça social, respeito aos direitos humanos e equidade. A pobreza é, acima de tudo, a maior ameaça à saúde. (...) a promoção da saúde efetua-se pelo e com o povo, e não sobre e para o povo. Ela melhora tanto a habilidade das pessoas para agir como a capacidade de grupos, organizações ou comunidades para exercer influência sobre os determinantes da saúde. Melhorar a capacidade das comunidades para promover a saúde requer instrução prática, treinamento em liderança e acesso aos recursos. Dar o direito de voz às pessoas requer acesso mais consistente ao processo de tomada de decisão e às habilidades e ao conhecimento essenciais para efetuar a mudança. (Carta de Jacarta, 1997).

5.11. Esta parceria entre MinC e Fiocruz demonstra como políticas intersetoriais articuladas podem enfrentar desafios estruturais do Brasil. Ao unir pesquisa (como o mapeamento de coletivos literários) e ação prática (nos Círculos Metropolitanos otimizados em Encontros Estaduais), gera-se um duplo impacto: o conhecimento sobre as periferias como reparação histórica dada sua invisibilidade em dados de senso, e a construção de plataformas colaborativas. Essa abordagem — que transforma o debate sobre dados em oportunos momentos de amálgama social — é vital para políticas públicas efetivas, pois combina diagnóstico preciso com participação comunitária. Mais que eventos isolados, a força do projeto está na sua continuidade, criando um ciclo virtuoso onde cultura e saúde se reforçam como pilares de desenvolvimento territorial e inclusão.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

7.1 A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

8.1 A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META1	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
ETAPA 1	Oficina sobre políticas culturais para coletivos literários periféricos e agentes culturais						
1.1.1	Oficineiros pol. culturais	Serviço	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00	27/11/2025	01/06/2026
1.1.2	Relator oficina	Serviço	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00		
1.1.3	Alimentação	Serviço	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00		
1.1.4	Comunicação	Serviço	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00		
1.1.5	Coordenação geral	Bolsa	12	R\$ 4.333,33	R\$ 52.000,00		
ETAPA 2	Realização dos Encontros Estaduais PBL						
1.2.1	Bolsa coletivos PBL	Bolsa	70	R\$ 1.442,86	R\$ 101.000,00	27/11/2025	01/06/2026
1.2.2	Alimentação	Serviço	10	R\$ 1.810,00	R\$ 18.100,00		
1.2.3	Comunicação	Serviço	10	R\$ 1.100,00	R\$ 11.000,00		
1.2.4	Cachê artístico	Serviço	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00		
1.2.5	Transporte	Serviço	10	R\$ 1.800,00	R\$ 18.000,00		
1.2.6	Impressão	Serviço	10	R\$ 1.800,00	R\$ 18.000,00		
1.2.7	Translado de convidados	Serviço	20	R\$ 1.675,00	R\$ 33.500,00		
1.2.8	Diária para convidados (hospedagem c/ alimentação)	Diária	63	R\$ 300,00	R\$ 18.900,00		

ETAPA 3	Realizar agenda de incidência em políticas públicas territorializada						
1.3.1	Identidade visual	Serviço	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	27/11/2025	01/06/2
1.3.2	Atualização site	Serviço	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00		
1.3.3	Impressão caderno PBL estadual	Serviço	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00		
1.3.4	Impressão Caderno PBL nacional	Serviço	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00		
1.3.5	Comunicação	Serviço	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00		
1.3.6	Diagramação Caderno PBL	Serviço	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Novembro/2025	R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39 - Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	Sim	R\$ 34.776,42
33.90.39 - Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	Não	R\$ 315.223,58
TOTAL		R\$ 350.000,00

12. PROPOSIÇÃO

(assinado eletronicamente)

MARIO SANTOS MOREIRA

Presidente da Fiocruz

13. APROVAÇÃO

(assinado eletronicamente)

FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA**, Usuário Externo, em 27/11/2025, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2534081** e o código CRC **BC5356F6**.